

| 240 | URBANIZAÇÃO NEGATIVA E MOBILIDADE SOCIAL: UM ENSAIO SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIARAM A REALIDADE BRASILEIRA

Hélio Ponce Cunha, Fernanda Meneses de Miranda Castro

Resumo

A proposta deste ensaio teórico é fazer uma análise preliminar dos fatores que influenciam a urbanização negativa e que afetam a mobilidade social na urbanização desigual no contexto brasileiro, a partir da perspectiva econômica e social. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica onde foram apresentadas as teorias sociais e econômicas que afetam o processo de urbanização e mobilidade social, levando-se em consideração o período anterior à década de 1980 quando a urbanização era considerada positiva e o período posterior à década de 1980, quando a urbanização era considerada negativa. Também foi estudado o papel do Estado e o atual paradigma que estão sendo enfrentados pelo Brasil no seu processo de urbanização. A pesquisa concluiu que para planejar, o Estado terá, necessariamente, que sair de sua atual condição burocrática e usar sua capacidade de comunicação com a sociedade urbana, isto é, reconhecer-se como estrutura de poder historicamente formado e dotado de certa capacidade de agir.

Palavras-chave: urbanização desigual, mobilidade social, Brasil.

1. Introdução

O desenvolvimento urbano e regional passou por uma ruptura fundamental na década de 1970, causada por dois motivos principais: a informatização e fragilização do emprego, principalmente nas cidades de pequeno porte e a aceleração da esfera internacionalizada da economia. Neste cenário, houve uma reorganização do papel do Estado, tornando essencial reconsiderar a análise urbana em três pontos: a urbanização que não pode ser definida apenas a partir da sua concentração urbana, mas sim pelas técnicas que norteiam o processo urbano; os movimentos de urbanização que instituíram distintas modalidades novas de estruturação da vida social, com novos padrões de ordem dos espaços das cidades industriais, enfatizando que o fundamental da questão urbana é o processo social de criação de cidades e não os espaços urbanos específicos que ela reproduz. Assim, a análise urbana pressupõe uma sociologia histórica das cidades, gerada das novas situações urbanas e não apenas do que já se produziu nas cidades e já não são mais atuais e principalmente, uma análise do papel do Estado neste contexto.

Desse modo, percebe-se que as cidades dos países periféricos - dentre eles o Brasil, cuja acumulação de capital cresceu conduzida por impulsos externos a ela, que as

diferenciam das cidades que engendram seus processos regionais como na Europa – remetem sua formação aos fundamentos da formação social, em seus integrantes econômicos, políticos e culturais. Tais referências são parte essencial do fundamento de uma análise efetivamente integrada na explicação do funcionamento da economia política contemporânea, na combinação da formação de valor com sua especialidade (Pedrão, 2002, p. 10).

Em países como o Brasil, as modificações na relação entre processos urbanos e a forma das cidades seguem as variações na atração e dispersão dos serviços urbanos, ligadas aos movimentos de inclusão e à marginalização de grupos organizados e de moradores temporários. É importante considerar como distintos grupos populacionais, principalmente os migrantes que se deslocam em busca de uma mobilidade social, mas não a conseguem como gostariam, produzem modificações nos processos urbanos, atraindo e dispersando seus serviços, que estão ligados aos movimentos de exclusão, inclusão, marginalização de grupos organizados e de moradores temporários, o que é caracterizado como urbanização negativa.

Nesse contexto, o pragmatismo entre o cotidiano das políticas urbanas e as especulações sobre tipos e formas de cidades entram em voga. As cidades brasileiras parecem inacabadas porque realmente seus elementos de renovação igualam ou superam os de estabilidade e organização. A destituição dos modelos de cidade criados nas décadas de 1940 a 1960 nas principais cidades brasileiras levou a certos modelos de inestruturação urbana como uma urbanização negativa, por ser um processo que progride sem ser capaz de resolver nenhum dos problemas básicos de moradia, serviços básicos e aproximação dos grupos sociais organizados. As cidades tornam-se os lugares da nova luta social, entre os grupos aceitos como legítimos e os grupos integrantes da contra sociedade da exclusão, da violência e da contravenção (Pedrão, 2002, p.12), o que se sobrepõe aos benefícios gerados pela urbanização, que é considerada positiva quando os migrantes saem das áreas rurais e migram para as grandes cidades e conseguem mobilidade social, traduzida em educação formal, inserção no mercado de trabalho e qualidade de vida.

Entretanto, no caso brasileiro, existem dois cenários distintos. Antes da década de 1980, a migração era considerada positiva, isto porque os migrantes conseguiam inserir-se social e economicamente nas grandes cidades. Depois da década de 1980, a urbanização tornou-se negativa e desigual, com poucas perspectivas de mobilidade social. Ressalta-se que no país, a mobilidade social a partir da urbanização sobrecarrega a responsabilidade das metrópoles na absorção de todo esse contingente no mercado de trabalho. As cidades médias

- com até seiscentos mil habitantes - são esquecidas pela população que busca melhoria de vida através do mercado urbano.

Assim, a proposta deste ensaio teórico é fazer uma análise preliminar dos fatores que influenciam a urbanização negativa e que afetam a mobilidade social na urbanização desigual no contexto brasileiro, a partir da perspectiva econômica e social.

2. Teoria do Desenvolvimento Econômico e Teoria da Modernização Social e o Paradigma Geral das Migrações

A Teoria do Desenvolvimento Econômico e a Teoria da Modernização Social influenciaram decisivamente as análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas. Na Teoria do Desenvolvimento Econômico, encontra-se o entendimento de que as migrações são um eficiente mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas, densamente povoadas, e com uma produtividade do trabalho baixa para os setores urbanos e industriais da economia capitalista, onde o progresso técnico intrínseco garante uma produtividade do trabalho muito mais elevada. Tal teoria reforça o conceito da urbanização positiva e da absorção da oferta de trabalho que migra para os grandes centros urbanos.

Já a Teoria da Modernização, preconiza que as migrações transpõem o excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades, principalmente as grandes, onde predomina um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental.

Na verdade, as duas grandes teorias se referem a um mesmo fenômeno, ou seja, as migrações, com uma ênfase analítica maior na economia ou na sociologia. Ainda que surjam entraves, associados à distância ou aos custos de transportes, assim como aos problemas psicossociais inerentes ao deslocamento, a virtuosidade econômica e social das migrações é item comum a essas teorias. Essa dimensão positiva das migrações, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, serve motivação para a racionalidade da decisão de migrar. Migrar em direção às grandes regiões urbanas supostamente é a opção mais conveniente quando o objetivo é a melhoria do padrão de vida - a mobilidade social - mesmo quando se considera a enorme adversidade que essas regiões impõem aos imigrantes e suas famílias. O migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de planejar o seu percurso pelo território de um modo apropriado às necessidades do mercado de trabalho. Como se cada migrante

fosse um “empresário de si mesmo” a procurando a localização ótima para o seu “capital humano” (Vainer, 2005).

Assim, a migração, para essas teorias, pode-se concluir, é caracterizada como urbanização positiva e necessária para o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade, assim como define uma estratégia dita racional para a melhoria de vida do migrante e da sua família. Essa dimensão claramente normativa serve ao paradigma que rege uma grande parte das teorias sobre as migrações que foram elaboradas, como já fora colocado, nos anos sessenta e setenta do século passado. Ainda que, sob esse paradigma, possam ser encontradas teorias razoavelmente diferentes segundo as suas características epistemológicas e quanto às suas concepções dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais, que estão na raiz do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras.

2.1. Uma introdução sobre as Teorias Econômicas e Sociais das Migrações

Um dos principais expoentes sobre as Teorias Econômicas das Migrações foi W. A. Lewis (1963). O autor tem um artigo clássico que observa, nos países em desenvolvimento, uma oferta ilimitada de força de trabalho, ou seja, economias onde prevalece uma população numerosa com um grande crescimento vegetativo, face ao capital e aos recursos naturais disponíveis. Dadas as diferenças estruturais entre os setores rural e urbano da economia, é de importância decisiva a transferência de mão de obra entre os dois setores. A questão fundamental para Lewis (1963), do ponto de vista da interação entre os dois setores, é o capitalismo e a utilização do excedente capitalista. Se ele é reinvestido, mais capital será gerado e mais pessoas serão empregadas no setor capitalista, até desaparecer o excedente de trabalhadores ou até que o total de força de trabalho do setor rural seja transferido para o setor moderno da economia capitalista.

Um outro expoente sobre o tema é Singer (1980). A sua teoria é a que coloca que as migrações são historicamente determinadas segundo o crescimento da industrialização. Como o progresso técnico impõe uma racionalidade econômica à industrialização capitalista, gerando economias de aglomeração, reorganizando espacialmente as atividades econômicas, as migrações internas tornam-se economicamente necessárias. Elas são, realmente, um mecanismo de redistribuição da população segundo os interesses do processo de industrialização.

Nessa perspectiva, os migrantes são uma classe em movimento e são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, num processo

social determinante. De acordo com Brito (2009, p. 8), especialmente nos países em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais, que se intensificam com o próprio processo de industrialização, são causas fundamentais nesse processo social. Ou seja, para as teorias econômicas a migração é a base e o reforço do sistema capitalista e a sua mais valia.

Com relação às teorias sociais, pode-se dizer que a migração é um processo fundamental para a modernização dos países em desenvolvimento. A teoria de Germani (1970) sobre as migrações internas tem como pano de fundo a Teoria da Modernização Social, vertente sociológica das Teorias do Desenvolvimento Econômico, como a de Lewis. Conforme essa teoria, a população precisa ser mobilizada socialmente para que seja atraída pela sociedade moderna. Portanto, diante das novas possibilidades de participação social, ela se coloca disponível para a migração. Esse processo de mobilização social dos migrantes, em direção à sociedade moderna, é o que define a migração e faz dela um processo que se estende desde o lugar de origem até a integração do migrante no lugar de destino.

Segundo Germani (1970), a migração é um processo social que vai além dos mecanismos do mercado de trabalho, no plano econômico, e se insere em uma ampla mudança social, cultural e psicossocial, tanto individual, quanto coletiva, dentro do desenvolvimento da sociedade moderna.

Por isso, as migrações, dentro do processo de mobilização social, são necessárias e funcionais para a modernização da sociedade dos países em desenvolvimento e ainda são consideradas como uma urbanização positiva. Entretanto é importante ressaltar que no contexto de intensas desigualdades sociais e espaciais, os migrantes, ainda que mobilizados socialmente pela sociedade moderna, nem sempre conseguem a almejada integração, sendo empurrados, muitas vezes, em direção à exclusão social e a partir daí formando o que é conhecido como urbanização negativa.

Já a teoria de Duhram (1984), mais adequada ao caso brasileiro, elucida os mecanismos sociais associados ao processo de migração, inclusive do processo de integração social. De acordo com a autora, para que haja migração, é fundamental que a sociedade agrária-tradicional tenha alguma forma de inclusão na “economia competitiva”. Apenas desse modo, a necessidade de melhorar de vida pode levar ao abandono do universo da sociedade tradicional, dentro do qual não há alternativa para a ascensão social. Assim, para Duhram (1984), a migração não é só função da miséria na sociedade de origem, mas da necessidade de melhoria social. E, para ela, essa necessidade só se realiza se o indivíduo migra.

Na realidade brasileira percebe-se que migrar está associado a uma relação cultural. As pessoas acreditam que só conseguirão mudar de vida se migrarem para as grandes cidades. Ou seja, a movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social, organizada a partir do grupo de relações primárias: família, parentes, vizinhança e amigos. É relevante comentar que é o grupo de relações primárias que acumula as informações necessárias para reduzir os riscos inerentes à migração, ajudando a adaptação na sociedade urbana e, ao mesmo tempo, faz com que o migrante não dissolva os seus laços com a região de origem.

Resumidamente, o que se pode perceber através das teorias econômicas e sociológicas analisadas é que o paradigma que lhes sustentam colocam que a transferência de população das áreas agrícolas tradicionais para as regiões urbanas industriais, é não só necessária, como positiva, para o desenvolvimento da economia capitalista e para a modernização da sociedade. Assim, a migração é um processo social inerente ao desenvolvimento do capitalismo e a racionalidade envolvida na decisão de migrar leva a uma decisão favorável à migração, apesar dos custos sociais, econômicos e psicossociais envolvidos. A migração, portanto, tende a ser, familiar e definitiva e, para essas teorias, é o caminho mais racional, economicamente, em direção a uma melhoria das condições de vida ou a uma mobilidade social.

2.2. Cenário Brasil: particularidades da migração antes de 1980

Sabe-se que as décadas de sessenta e setenta foram fundamentais para o desenvolvimento urbano e regional. No Brasil, o processo de urbanização só se acelerou e assumiu uma dimensão realmente estrutural na segunda metade do século passado. De acordo com Brito (2009, p. 12), a partir da década de sessenta é que a população urbana superou a rural. No caso brasileiro, o que chamou a atenção foi à velocidade do processo de urbanização, muito superior à dos países capitalistas mais avançados.

Esse acelerado processo de urbanização foi componente de densas modificações estruturais pelas quais atravessavam a sociedade e a economia brasileiras. De fato, era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o *locus* privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e de estilos de vida. Assim, o Brasil moderno, urbano-industrial, se impunha ao Brasil agrícola tradicional, gerando uma

composição singular que sobrepuja o dualismo desenvolvimento econômico e modernização social, com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais. Desse modo, esses elementos da economia e da sociedade brasileira alicerçaram o movimento migratório do Brasil das décadas de 1960 a 1980.

Convém ressaltar a importância das migrações internas no processo de urbanização. Elas foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Nesse cenário, e com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, colaborando para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. A presença do Estado no caso foi preponderante, tanto nas políticas que condicionavam a alocação espacial dos investimentos públicos e privados, quanto na expansão da fronteira agrícola e mineral (Brito 2009, p. 13).

Os fluxos migratórios, que colaboraram para concretizar o sistema de cidades, intensificaram-se com o desenvolvimento da economia e da sociedade, entre 1950 e 1980. Não só eram necessários para a economia urbano industrial que se expandia, principalmente no Sudeste, como transferia maciçamente população das áreas agrícolas tradicionais, estagnadas ou não, para as regiões urbanas.

Percebe-se que surgia uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida para uma grande parcela da população. Como já fora colocado, corrobora com essa tese a análise de Duhram (1984) quando chamava atenção para a tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, que articulava a mobilidade espacial com a mobilidade social. Para a autora, era essa a única alternativa de mobilidade social para a grande maioria da população brasileira. Nesse período da história brasileira, as oportunidades eram diversas nas grandes cidades e, em particular, nas regiões metropolitanas. Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia muitas vezes, se transformar em realidade.

2.3. Cenário Brasil após 1980: a formação da urbanização negativa

Depois da década de 1980, o padrão migratório prevalecente até a década de setenta do século passado no Brasil começou a se modificar. Como resultado, o paradigma e as teorias examinadas anteriormente neste ensaio, necessitam de uma releitura, com é proposto nesta seção.

Mais uma vez, mudanças no cenário econômico e social influenciaram o desenvolvimento urbano no Brasil, reduzindo urbanização e o crescimento das grandes cidades e aglomerados metropolitanos. Assim, a intensa internacionalização da economia e a conseqüente reestruturação produtiva alteraram profundamente o processo de acumulação de capital, mesmo sem ter alterado substancialmente, os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Entretanto, a economia e a sociedade não estabeleciam mais uma transferência inter-regional do excedente populacional na forma como aconteceu no terceiro quartel do século passado (Brito 2009, p. 14).

Nesse sentido, as migrações deixaram de ser tão importantes para o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização da sociedade. Este cenário ocasionou o excedente populacional necessário para o funcionamento do mercado de trabalho nas grandes cidades e os aglomerados metropolitanos, como resultado das migrações anteriores e dos seus efeitos entre as gerações passaram a contar, dentro dos seus próprios limites territoriais, com o excedente populacional necessário para o funcionamento satisfatório do mercado de trabalho – a urbanização negativa.

Não obstante, as transferências inter-regionais da população, tanto das áreas rurais para as urbanas, como entre os diferentes estados e regiões, deixaram de ser adequadas do ponto de econômico, social e demográfico. O que se percebe é que a primeira fase de transição demográfica brasileira (antes de 1980) foi o período de alta fecundidade e baixa mortalidade, ocasionando uma alta taxa de crescimento populacional e reserva de mão de obra, como no caso do Nordeste e Minas Gerais. Assim, a mudança dos excedentes populacionais para as áreas urbanas e os altos e generalizados níveis de fecundidade, foram decisivos para a ocorrência da urbanização, da concentração urbana e da metropolização. Nesse sentido, o mercado imobiliário e de trabalho impunham suas normas tanto aos migrantes que chegam aos aglomerados metropolitanos, como para a população urbana, ou seja, a estratificação social foi seletiva, não apenas para os imigrantes, mas para toda a população.

Percebe-se que no cenário social e econômico, os migrantes e os não migrantes se tornaram ainda mais indiferenciados. Entretanto, os rigores dos mercados de trabalho e imobiliário tornaram a seletividade da estrutura social urbana mais rigorosa do que no passado. E é, justamente, essa estrutura social rigorosa, projetada no espaço das metrópoles, associada às condições recentes da acumulação capitalista, que mantém dentro dos seus próprios limites territoriais, excluídos dos benefícios da sociedade e da economia, o excedente de mão de obra necessário (Brito 2009, p. 15).

Para a urbanização deixar de ser negativa não existe necessariamente a obrigação de uma diminuição nas migrações. O ideal seria que as cidades médias absorvessem essa mão de obra que busca a mobilidade, criando menores desigualdades nos âmbitos sociais e econômicos.

3. Cenário Atual da urbanização brasileira e perspectivas de mobilidade social

A migração nas cidades brasileiras ainda existe, embora num nível menos elevado do que no século XX, tendo em vista que a rigidez da estrutura social brasileira ainda impõe, para muitos, a migração como uma das poucas alternativas para a mobilidade social. Contudo, a ampliação das telecomunicações e das redes de interação social, vem divulgando que as grandes virtudes das grandes cidades desapareceram, diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. Assim, “externalidades positivas” das grandes cidades, das regiões metropolitanas particularmente, que atraíam os migrantes, segundo as teorias econômicas, foram superadas pelas “externalidades negativas”, comprometendo a esperança do migrante de traduzir em realidade a sua “ilusão de melhorar de vida” (Brito, 2009, p. 16).

Percebe-se que a redução da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais, objetivamente, diferenciou a mobilidade espacial da mobilidade social, criando um novo padrão migratório e superando as antigas teorias e o paradigma que servia de referência para elas.

Tal fato ocorreu principalmente em função das modificações no mercado de trabalho, que se tornou rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento extremamente excludentes para a grande maioria da população migrante, que, como já fora colocado, geralmente migra sem a necessária qualificação profissional (capital intelectual). Nesse sentido, a mobilidade social na urbanização desigual é bastante dificultada. Não obstante, a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária em função dos riscos existentes na vida urbana (violência e marginalização principalmente), aumentou os seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. Desse modo, as barreiras ao livre trânsito dos migrantes tem sido freqüentes e acentuam os mecanismos de seletividade estrutural. A ausência de mudança estrutural das trajetórias explica uma parte da migração para os grandes aglomerados metropolitanos. Ora, se muitas regiões do Norte/Nordeste tem péssimas condições econômicas e sociais, migrantes “potenciais” ainda são gerados pelas grandes desigualdades e pelos agudos desequilíbrios sociais que ainda

prevalecem no Brasil. Mas, para esses, a migração de alto risco para as regiões metropolitanas é uma alternativa, não mais para a mobilidade ou ascensão social, mas para sobreviver.

4. Estado, Política e o Novo paradigma

Não se pode deixar de destacar novamente a dimensão política deste processo, citando a definição clássica de migração, segundo a tradição marxista, que coloca que a mobilidade da força de trabalho é uma condição necessária para a constituição do mercado de trabalho capitalista. O trabalhador tem a liberdade de vender a sua força de trabalho, liberdade positiva, pois a força de trabalho é uma mercadoria sua e que pode ser vendida segundo o seu interesse. Por outro lado, o trabalhador não tem alternativa a não ser vender a sua força de trabalho. É a dimensão negativa da liberdade que o mercado de trabalho capitalista lhe oferece (Gaudemar, 1976).

O desenvolvimento do capitalismo e com a intensificação do progresso técnico, a tendência do mercado de trabalho tem sido aumentar os requisitos à entrada, exigindo-se, cada vez mais uma maior qualificação da mão-de-obra, ou seja, ampliação do capital intelectual. Os anos de 1980 definiram a ampliação da internacionalização da economia e com a profunda reestruturação produtiva e o mercado de trabalho capitalista aumentou a rigidez das barreiras à entrada. Obviamente, essas barreiras ocasionam um excedente de força de trabalho, obrigando esta parte da população a aceitar atividades ocupacionais com menor produtividade ou mesmo o desemprego. De acordo com Gaudemar (1976), essa força de trabalho que não tem alternativa a não ser vender o seu trabalho é o escravo dos dias atuais, pois ele é marginalizado, não consegue um emprego formal, ou seja, não é socialmente remunerado.

Esse excedente disponível nos grandes aglomerados metropolitanos, como já fora colocado, dispensa a histórica dependência do seu mercado de trabalho das transferências regionais de mão de obra, mesmo quando a economia esta suscetível ao crescimento. A consequência inevitável, desse modo, é que se estabeleçam barreiras à mobilidade espacial da população, principalmente daquela com menor qualificação profissional. Assim, o que as teorias tradicionais sobre migração previam - um aumento da seletividade na origem e no destino - fica refutada. O que de fato existe é uma independência, cada vez maior, da acumulação capitalista de imigrantes provenientes de regiões além dos aglomerados metropolitanos, a não ser por um curto prazo.

Na perspectiva de se elaborar um novo paradigma para se interpretar as migrações atualmente, surge uma dimensão normativa, política, extremamente relevante, não só para a migração internacional, mas para a interna: o direito à liberdade de se mover no território. É procedente que o direito à mobilidade estavinculado ao direito a não mobilidade, à recusa a mobilidade forçada, fruto da violência do Estado ou do capital (Brito, 2009, p. 19). Assim, a seleção de trabalho é o modo pelo qual os interesses de capital realizam seu controle sobre a divisão do trabalho e onde, portanto, demarcam os espaços que podem ser ocupados pelas diferentes classes de trabalhadores.

De acordo com Pedrão (2002, p. 208), a interpretação da urbanização como de um processo complexo de trabalho se encaminha a uma área temática principal do tempo no ambiente ultramoderno da produção, que é a relação entre a precarização do trabalho e as condições de sustentação da cidade como tal. Assim como acontece na economia periférica em seu conjunto, nas grandes cidades da periferia convivem condições contratuais muito diferentes umas das outras. Assim, aos fatores citados anteriormente como marginalização, trabalho informal, violência urbana, acrescenta-se ainda a terceirização, o trabalho em tempo parcial (*part time*), o trabalho concreto e abstrato (capital intelectual), corroboram com a reafirmação do processo de produção capitalista, que é excludente e reforça a urbanização negativa. Antunes (2011) coloca que

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. Exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre trabalho em tempo cada vez mais reduzido. Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a consequente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é

imaginar que eliminando o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo. A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das plantas produtivas modernas, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, part-time, terceirizado, desenvolvidas intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor, uma vez que é própria forma assumida pela centralidade do trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural (Antunes, 2011, p. 6).

Tais condições colocadas por Antunes resultam num alargamento das diferenças entre as condições de equipamento dos grupos superiores de renda e as dos grupos dos excluídos do mercado de trabalho, que resulta na urbanização negativa, que se realiza mediante uma degradação das condições de vida de numerosos grupos.

A visão holística da urbanização distingue diferentes processos, momentos desses processos e relações entre eles. No Brasil, nasceu uma urbanização que envolveu uma situação de cidades multifuncionais integrantes de impérios mundiais, sem aquele fundamento estabilizador da tradição. Aqui predominou, sem disputa, a projeção dos interesses dos capitais monopolistas em cidades, que cresceram sob os efeitos combinados da concentração do capital industrial associado aos contratos públicos, a fragilização dos pequenos capitais e das cidades tradicionais de pequeno porte, o dinamismo de novas atividades industriais e agro-industriais, que operam com sistemas de comercialização de grande capital (Pedrão, 2002, p.10).

No contexto da mobilidade social na urbanização desigual, Pedrão (2002, p. 209-210) analisa a questão do emprego e da ocupação, reconhecendo que a melhor indicação de condições de vida é a relação entre ocupação e renda e não entre emprego e renda. Para o autor, emprego identifica a ocupação remunerada, ligada a postos de trabalho, enquanto a ocupação identifica o uso efetivo de força de trabalho, contratada ou por conta própria, na esfera de mercado e doméstica. Para Pedrão, a análise urbana das economias periféricas trata

as cidades como universos sociais fraturados e desiguais, onde os postos de trabalho raramente absorvem mais que metade do tempo de trabalho disponível para trabalhar e onde a força de trabalho é atraída para ocupações parciais, enquanto o capital desenvolve estratégias para manter a responsabilidade de reprodução do trabalho sob a responsabilidade dos trabalhadores, analise que dialoga com as idéias de Antunes. Ademais, a contratação de autônomos, a terceirização, o incentivo ao trabalho residencial, para Pedrão, são formas de ampliar a mais valia numa mesma composição do capital. Nesse sentido, em cidades onde há o desemprego crônico, como boa parte das cidades de médio porte do Nordeste, a difusão dessa forma de contratação amplia a instabilidade da metade inferior dos grupos de renda, induzindo porcentagens cada vez maiores da população a migrar para as grandes cidades do Sudeste. Assim,

As chamadas metrópoles regionais, tais como Salvador, Recife e Fortaleza, coincidem com os mecanismos tradicionais de controle de trabalho não qualificado, como das empregadas domésticas, com controle de trabalho de trabalhadores regulares - ditos de carteira assinada - que são mantidos em nível de salário mínimo. A terceirização atinge esses grupos sociais duplamente: em sua renda familiar, que permanece deprimida, e na transferência de risco de desocupação (Pedrão, 2002, p. 210).

Percebe-se como a urbanização avança no contexto de um processo de concentração de capital e de desassalariamento, onde aumenta a incerteza de renda em geral e onde as oportunidades de emprego são controladas por um número menor de empregadores. Nesse ambiente, a urbanização periférica contemporânea é um mecanismo de perda de visibilidade e logo de perda de identidade do sujeito dos processos sociais localizados nas cidades. Paralelamente, funciona como um catalisador de conflitos que se formam na sociedade nacional em seu conjunto. A urbanização na periferia da acumulação reflete as contradições do poder econômico e político, que explora as oportunidades de investimento criadas pela demanda de espaço no mercado oligopolizado de terra urbana. Este fundamento contraditório da urbanização se revela nos dois níveis de materialização de espaços de conflito e na revelação de linhas de tensão entre os tecidos de relações estruturantes dos espaços urbanizados - no modelo pretérito de cidades de uma classe média em ascensão - e o aparecimento de espaços de poder formados no universo da marginalidade.

Isto significa dizer que a economia urbana é a economia da formação e das transformações do sistema produtivo instalado nas cidades, que é inseparável do sistema produtivo das regiões em que as cidades se encontram. Compreende o aspecto técnico e o aspecto social da organização da produção, isto é, é um problema de relações sociais e de relações técnicas de produção, que se realizam, concomitantemente, nas esferas da produção formal e da informal.

5. Considerações Finais

A proposta deste ensaio teórico foi fazer uma análise preliminar dos fatores que influenciam a urbanização negativa e que afetam a mobilidade social na urbanização desigual no contexto brasileiro, a partir da perspectiva econômica e social. Observa-se que dificuldades como os intensos fluxos migratórios para as áreas urbanas, a magnitude e o crescimento do setor informal, e a distribuição desigual da população e da produção no território, não podem ser analisados fora do contexto do modelo sócio-econômico-político prevalecente no Brasil. Vale ressaltar, entretanto, que o estudo da mobilidade social na urbanização desigual não pode deixar de considerar que os problemas envolvidos fazem parte de uma problemática muito mais ampla. As migrações tem motivações variadas, mas não há dúvida de que a falta ou a insuficiência de terras ou as condições precárias de emprego estão nas raízes da migração. A migração das áreas urbanas, decorrente do desemprego ou do subemprego predominante, não poderá ser atenuada sem políticas de grande abrangência que favoreçam a ampliação da oferta de emprego nas áreas urbanas, em especial nas de tamanhos pequeno e médio.

A modificação dos pilares do modelo sócio-econômico-político brasileiro no sentido de eliminar as distorções do capitalismo dos países ditos em desenvolvimento como o Brasil, levaria a uma redução da importância relativa do setor informal e a uma tendência à formalização da economia. Assim, a expansão e diversificação da economia permitiriam que as unidades produtivas informais crescessem e se transformassem em empresas formais. Além disso, as transformações na economia permitiriam uma maior integração entre as empresa de tamanhos diversos, contribuindo para a viabilização econômica daquelas de menor porte. Os estudos realizados no Brasil entre as décadas de 1950 a 1980 reforçaram o novo paradigma. Todos, sem exceção, mostraram tanto a persistência temporal das desigualdades sociais quanto a sua reprodução nos processos de mobilidade e, ainda, a perpetuação das distinções intraclasses, principalmente em relação ao capital intelectual. Tais resultados são ainda mais relevantes quando se considera que os referidos estudos lançam

mão de esquemas diversos de estratificação social, algo que produz por vezes diferenças significativas nos volumes de mobilidade total e de circulação e estrutural. Assim, ambas as teorias estudadas neste texto, tanto a que se refere à teoria do desenvolvimento como a que se refere à teoria social analisam a migração como um processo que alimenta o capitalismo e a sua mais valia, ou seja, que reforçam as desigualdades sociais e o controle do Estado no processo.

Percebe-se uma mobilidade ocupacional dos migrantes, com a tendência para o abandono do emprego assalariado para o trabalho autônomo, ou seja, com o passar do tempo, os migrantes integrados ao mercado de trabalho das cidades médias conseguem alcançar o que parece ser um objetivo praticamente unânime entre as pessoas das camadas sociais mais pobres, que é o de trabalhador por conta própria.

Nesse sentido, para planejar, o Estado terá, necessariamente, que sair de sua atual condição burocrática e usar sua capacidade de comunicação com a sociedade urbana, isto é, reconhecer-se como estrutura de poder historicamente formado e dotado de certa capacidade de agir. A verdadeira extensão da desigualdade dificilmente é percebida pela quase totalidade dos moradores de uma cidade, porque poucos deles se movem na cidade em seu conjunto, ou dispõem de informações que permitem visualizar a totalidade da cidade. O poder público teria que desempenhar esse papel de refletir a visão de totalidade para o tratamento de problemas específicos.

Conclui-se que a sociedade e a economia movimentaram grande parte dos migrantes na região metropolitana, que atualmente é reconhecida como um excedente demográfico, visto que não essa população não foi absorvida em ambos aspectos. Quando a população migrante decide retornar, acabam se deslocando para as periferias mais distantes dos municípios metropolitanos, o que se traduz em exclusão social e exclusão espacial. Ressalta-se também o papel das cidades médias que poderiam catalisar estes migrantes e, de fato, trazer desenvolvimento para as localidades a partir do capital intelectual. Assim, a mobilidade social e a urbanização teriam maiores possibilidades de êxito.

Referências Bibliográficas

Antunes, R. 2011. O trabalho e seus sentidos. Revista Debate & Sociedade. Uberlândia. V. 1. N.º 1.

Brito F. 2009. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 20p. (Texto para discussão)

— .*O deslocamento da população brasileira para as metrópoles*. Estudos Avançados, 57, USP.

Durham, E.1984. *A caminho da cidade*. 3ª e 4ª partes, Editora Perspectiva.

Gaudemar, J. P. 1976. *Movilidad del trabajo y acumulación de capital*. Traducion: Uxoá Doyhamboure y Oscar Barahona. Avena: Ediciones Era S.A.

Germani, G. 1970. *Sociologia de la modernization*. Paidós: Buenos Aires.

Lewis, W. A. 1963. El desarrollo economico con oferta ilimitada de trabajo, in Agarwal A. N., Singh S.P., *La economia del subdesarrollo*.Madrid: Editorial Tecnos.

Pedraõ. F. 2002. *A economia urbana*. Ilhéus: Editus.

Singer, P.1980. *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*. In Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, Moura, H; Fortaleza, Banco do Nordeste.

Vainer, C. B. 2005. *Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade*. In: Povoá Neto, H. E Ferreira, A.P. Cruzando Fronteiras Disciplinares, um panorama dos estudos migratórios, Editora Revan. FAPERJ.